Processo TC 020.465/2017-3 (com 19 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do sr. Pedro Garcia, ex-Prefeito do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão: 2009/2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) repassados em 2012 ao referido município.

O valor total repassado pelo FNDE ao Município de São Gabriel da Cachoeira/AM no âmbito do PNATE/2012 foi de R\$ 397.415,70 (peça 1, p. 17).

O prazo para prestar contas dos recursos era até 30/4/2013 (peça 1, p. 77).

No âmbito desta Corte, a Secex/PR promoveu a citação do sr. Pedro Garcia nos seguintes termos (peça 6):

“O débito é decorrente das seguintes irregularidades:

Exercício: 2012

Ato impugnado: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, repassados em 2012, ao Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos.

Evidências: Informação 2244/2016/SEOPC/COPRA/CGCAP/DIFIN-FNDE, de 16/6/2016 (Peça 1, p. 83-84); Relatório de TCE 159/2016 - DIREC/COTCE/CGCAP/DIFIN-FNDE/MEC, de 15/12/2016 (Peça 1, p. 87-92).

Nexo causal: a omissão no dever de prestar contas resulta em presunção de dano ao Erário contrariando o disposto nos instrumentos legais.

Conduta: descumprir os prazos originalmente estipulados para prestação de contas dos valores recebidos no exercício de 2012 e deixar de apresentar a devida prestação de contas.

Dispositivos violados: Resolução CD/FNDE 12/2011; Resolução CD/FNDE 02/2012; art. 70 da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-Lei 200/67.

Valores históricos dos débitos e as respectivas datas de ocorrência:

Débitos:

R\$ 11.478,98, em 30/11/2012

R\$ 30.446,79, em 30/11/2012

R\$ 2.231,53, em 30/11/2012

R\$ 11.479,01, em 31/10/2012

R\$ 30.446,79, em 31/10/2012

R\$ 2.231,50, em 31/10/2012

R\$ 11.479,01, em 28/9/2012

R\$ 30.446,79, em 28/9/2012

R\$ 2.231,50, em 28/9/2012

R\$ 11.479,01, em 31/8/2012

R\$ 30.446,79, em 31/8/2012

R\$ 2.231,50, em 31/8/2012

R\$ 11.479,01, em 31/7/2012

R\$ 30.446,79, em 31/7/2012

R\$ 2.231,50, em 31/7/2012

R\$ 11.479,01, em 28/6/2012

R\$ 30.446,79, em 28/6/2012
R\$ 2.231,50, em 28/6/2012
R\$ 11.479,01, em 15/5/2012
R\$ 30.446,79, em 15/5/2012
R\$ 2.231,50, em 15/5/2012
R\$ 11.479,01, em 26/4/2012
R\$ 30.446,79, em 26/4/2012
R\$ 2.231,50, em 26/4/2012
R\$ 11.479,01, em 30/3/2012
R\$ 30.446,79, em 30/3/2012
R\$ 2.231,50, em 30/3/2012”

Diante da revelia do responsável, a Secex/TCE propõe ao Tribunal (peças 12 a 14):

- “a) considerar revel o responsável Pedro Garcia (CPF 188.056.392-49), ex-prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão 2009/2012), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92;
- b) julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘a’ e ‘c’, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas do responsável Pedro Garcia (CPF 188.056.392-49), ex-prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão 2009/2012), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 23, inciso III, alínea ‘a’, da citada lei;
- c) aplicar ao responsável Pedro Garcia (CPF 188.056.392-49), ex-prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão 2009/2012), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 c/c o art. 267 do RI/TCU, fixando-lhe(s) o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove(m), perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
- d) autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92;
- e) autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
- f) enviar cópia do Acórdão a ser prolatado, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem ao Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

g) enviar cópia do Acórdão que vier a ser proferido ao Órgão Instaurador e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.”

II

Em consulta ao Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE (SiGPC), disponível no endereço eletrônico “https://www.fn.de.gov.br/fnde_sistemas/sigpc-acesso-publico”, o Ministério Público de Contas logrou obter os extratos bancários da conta específica do PNATE de titularidade da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, qual seja, conta corrente 12748-5, Agência 1136-3, Banco do Brasil (peça 15).

Esses extratos bancários revelam que, em 2012, último ano da gestão do sr. Pedro Garcia à frente da prefeitura municipal, foram creditados recursos federais no total de R\$ 397.415,70, e debitados, por meio de transferências bancárias, recursos que totalizam R\$ 393.916,23, conforme lançamentos descritos na tabela abaixo:

Créditos de Ordens Bancárias		Débitos de Transferências Bancárias	
Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)
03/04/2012	44.157,30	29/05/2012	50.000,00
30/04/2012	44.157,30	29/05/2012	38.050,00
17/05/2012	44.157,30	26/06/2012	20.000,00
02/07/2012	44.157,30	23/07/2012	537,00
02/08/2012	44.157,30	23/07/2012	1.264,00
05/09/2012	44.157,30	30/07/2012	4.600,00
02/10/2012	44.157,30	30/07/2012	6.970,00
05/11/2012	44.157,30	30/07/2012	6.990,00
04/12/2012	44.157,30	30/07/2012	1.600,00
		31/07/2012	42.997,38
		07/08/2012	43.819,50
		12/09/2012	43.152,60
		16/10/2012	45.000,00
		06/11/2012	3.500,75
		06/11/2012	36.044,00
		06/11/2012	5.185,00
		07/12/2012	40.000,00
		31/12/2012	4.206,00
TOTAL	397.415,70	TOTAL	393.916,23

Desse modo, se estiverem corretos os lançamentos bancários registrados no SiGPC, o débito a ser atribuído ao sr. Pedro Garcia não seria de R\$ 397.415,70, mas de R\$ 393.916,23, correspondente aos recursos por ele despendidos (os demais débitos na aludida conta referem-se a aplicações financeiras). A diferença entre esses dois montantes, que é de R\$ 3.499,47, corresponderia a eventual saldo de recursos deixado na conta corrente ou em aplicação financeira.

Na fase interna desta TCE, a responsabilidade do prefeito sucessor, sr. René Coimbra (gestão 2013/2016), foi excluída em razão de ele ter adotado medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, por meio de Notícia Crime protocolizada junto ao Ministério Público Federal (peça 1, pp. 37/70).

Contudo, tal exclusão de responsabilidade, obviamente, não abarca a parcela de recursos eventualmente gerida pelo prefeito sucessor.

De acordo com informações extraídas do SiGPC, a prestação de contas do PNATE referente ao exercício de 2013 foi apresentada pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e encontra-se na situação “Aguardando Análise” (peça 16). O Demonstrativo da Receita e da Despesa que compõe a referida prestação de contas indica que não houve saldo reprogramado do exercício anterior (peça 17). O extrato da conta específica informa que foi “zero” o saldo inicial de recursos em 1/1/2013 (peça 19). No que tange à aplicação financeira, consta que seu saldo inicial em 1/1/2013 era de apenas R\$ 0,44 (peça 18).

Assim, tendo em vista informações contraditórias constantes do SiGPC, no tocante a eventual saldo de recursos não utilizados no exercício de 2012, mostra-se necessário, **preliminarmente** ao julgamento desta TCE, realizar diligência ao Banco do Brasil, para que forneça a esta Corte os extratos bancários da conta específica do PNATE e da respectiva conta de aplicação financeira, no período de 1/1/2012 a 31/12/2012. Tal medida é importante para que se verifique a exatidão ou não dos lançamentos bancários registrados no SiGPC.

Saliente-se que, de acordo com o art. 4º da Decisão Normativa TCU 155/2016, devem ser incluídas as cópias dos seguintes documentos nos processos de tomada de contas especial remetidos ao TCU (grifou-se):

“I com relação aos documentos utilizados para demonstração da ocorrência de dano a que se refere a alínea ‘a’ do § 1º do art. 10 da IN - TCU nº 71/2012, quando aplicáveis ao objeto da tomada de contas especial, entre outros:

- a) ordens bancárias, ou equivalente que demonstre a execução financeira;
- b) notas de empenho, ou equivalente que demonstre a execução orçamentária;
- c) relação de pagamentos;
- d) relatório de execução físico-financeira;
- e) relatório de cumprimento do objeto;
- f) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- g) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, de serviços prestados, ou de treinados ou capacitados, conforme o caso, com a discriminação, por unidade de medida adotada, do que efetivamente executado;
- h) comprovante de recolhimento de saldo de recursos;
- i) **extrato bancário da conta específica, desde a data do crédito dos recursos até o encerramento da movimentação;**
- j) notas fiscais ou outros comprovantes de despesas relacionadas com as irregularidades apontadas;
- k) cheques, comprovantes de transferência bancária ou outros documentos de débito, acompanhados da identificação dos respectivos beneficiários, sempre que forem necessários à evidenciação da irregularidade apontada;
- l) relatórios de fiscalização do órgão ou entidade repassador;
- m) relatórios de fiscalização do órgão de controle interno;
- n) contrato firmado com a empresa contratada para a execução da obra ou serviço;
- o) documento de atesto do recebimento da obra ou serviço, com expressa indicação do(s) responsável(is) pela liquidação da despesa;
- p) termo de recebimento definitivo da obra;
- q) termos de homologação e de adjudicação do processo licitatório.”

O art. 6º da mencionada Decisão Normativa dispõe, ainda, que “*as tomadas de contas especiais instauradas em razão de **omissão do dever de prestar contas** deverão conter, em relação aos documentos identificados nos arts. 4º e 5º, apenas os necessários à sua análise, entre os quais, o **extrato bancário da conta específica, desde a data do crédito dos recursos até o encerramento da movimentação**” (grifou-se).*

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Como se vê, mesmo nos casos de omissão no dever de prestar contas, é necessário que os processos de TCE contenham os extratos bancários da conta específica. Tal necessidade é ainda maior nas situações em que a data final para prestar contas recai sobre gestão distinta daquela na qual os recursos federais foram repassados, que é justamente o caso destes autos. Daí a importância da diligência ao Banco do Brasil.

Sucessivamente, na hipótese de não ser acolhida a medida preliminar ora sugerida, o MP de Contas, **no mérito**, manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica, ressaltando-se, porém, que faltou incluir na alínea “b” da proposta a tabela de composição do débito. Em relação a essa composição, propõe-se, de forma diversa da que constou do ofício de citação, que as datas de referência dos débitos correspondam às datas dos créditos dos recursos federais na conta específica, e não às datas de emissão das ordens bancárias.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, preliminarmente, manifesta-se pela restituição dos autos à unidade técnica, para que promova **diligência** ao Banco do Brasil, com vistas à obtenção dos extratos bancários da conta específica do PNATE e da respectiva conta de aplicação financeira, no período de 1/1/2012 a 31/12/2012, de titularidade da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM (conta corrente 12748-5, Agência 1136-3).

Caso não acolhida a preliminar supra, o MP de Contas, **no mérito**, manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica, com a ressalva de que o débito deverá ter a seguinte composição:

Data de Referência	Valor do Débito (R\$)
3/4/2012	44.157,30
30/4/2012	44.157,30
17/5/2012	44.157,30
2/7/2012	44.157,30
2/8/2012	44.157,30
5/9/2012	44.157,30
2/10/2012	44.157,30
5/11/2012	44.157,30
4/12/2012	44.157,30

Brasília, 21 de maio de 2019.

Júlio Marcelo de Oliveira
 Procurador